

IVES GANDRA DA SILVA MARTINS
ROGÉRIO GANDRA MARTINS
ANDRÉ ELALI
Organizadores

MEDIDA CAUTELAR FISCAL

Editora MP



<http://bdjur.stj.gov.br>

Localização: 347.919.6:336(81)

M489c

Código de barras: STJ00062302

M442

Medida cautelar fiscal / Ives Gandra da Silva Martins, Rogério Gandra Martins, André Elali, organizadores ; Aldemario Araújo Castro... [et al.]. - São Paulo : MP Editora, 2006.

Inclui bibliografia.

ISBN 85-98848-21-2

1. Medidas preventivas. 2. Processo civil. 3. Ação judicial. 4. Direito tributário. I. Martins, Ives Gandra da Silva, 1935-. II. Martins, Rogério Gandra. III. Elali, Ande de Souza Dantas. IV. Título.

06-0075. CDU 347.919.6:351.712



SUMÁRIO

PREFÁCIO	7
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
 MEDIDA CAUTELAR FISCAL: UTILIDADE E CONSTITUCIONALIDADE	9
<i>Aldemario Araújo Castro</i>	
1. Introdução	9
2. Garantias e privilégios "clássicos" do crédito tributário	10
3. Lacunas deixadas pelo Código Tributário Nacional	14
4. Os supostos vícios da Medida Cautelar Fiscal	18
5. Conclusões	20
Referências bibliográficas	21
 MEDIDA CAUTELAR FISCAL: REQUISITOS E LIMITES PARA SEU DEFERIMENTO	23
<i>André Elali e Evandro Zaranza</i>	
1. A Medida Cautelar como gênero: questões pontuais	23
1.1. Objetivos e requisitos da medida cautelar em geral	23
2. A Medida Cautelar Fiscal: previsão legal, requisitos e hipóteses para seu deferimento	24
3. Exame de jurisprudência	26
3.1. A necessidade de prova da constituição do crédito tributário e do ato tendente a frustrar a cobrança da dívida	26
3.2. A possibilidade de substituição, a qualquer tempo, da indisponibilidade por garantia correspondente ao valor da cobrança	27
3.3. A abrangência dos bens do sócio ou responsável pela empresa - necessidade de observância do comando do CTN e da jurisprudência dominante do STJ	28
3.4. A necessidade de observância da cautelar fiscal aos bens do sujeito passivo ou, ocasionalmente, dos sócios da pessoa jurídica	34
3.5. Impossibilidade de abrangência de bens de família	34
3.6. Necessidade de limitar a cautelar fiscal aos bens que compõem o ativo permanente da pessoa jurídica	35
4. Síntese conclusiva	37



DA NECESSIDADE DE RELATIVIZAÇÃO DA REGRA DE RETENÇÃO DOS RECURSOS ESPECIAIS EM SEDE DE MEDIDAS CAUTELARES FISCAIS	39
<i>Cristiano Carvalho e Rafael Bicca Machado</i>	
1. Os arts. 7º da Lei nº 8.397/92 e 542, § 3º, do CPC	39
2. Os riscos advindos desta situação	40
3. As soluções existentes de acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça	44
4. Conclusão	48
5. Bibliografia	48
A MEDIDA CAUTELAR FISCAL E A NOVA LEI DE FALÊNCIAS	49
<i>Guilherme Cezaroti</i>	
1. Introdução	49
2. A medida cautelar fiscal	50
3. O procedimento de recuperação judicial	53
4. O procedimento de recuperação extrajudicial	54
5. A alienação de bens do ativo da empresa sujeita a medida cautelar fiscal	55
6. Supremacia do interesse público e não do interesse estatal	58
7. Conclusão	59
PENHORA <i>ON-LINE</i>	61
<i>Ives Gandra da Silva Martins</i>	
ASPECTOS DOUTRINÁRIOS E JURISPRUDÊNCIAS DA MEDIDA CAUTELAR FISCAL	
<i>José Augusto Delgado</i>	
1. Introdução: visão estrutural da Lei nº 8.397, de 06.1.1992, alterada pela Lei nº 9.53/97	69
2. A medida cautelar e o princípio da igualdade	75
3. Dos pressupostos processuais para a concessão da medida cautelar fiscal	78
4. A ação cautelar fiscal na doutrina: tratado do Mercosul, o arrolamento de bens	80
5. Aspectos genéricos da medida cautelar fiscal: enunciados	94
6. Pronunciamentos jurisprudenciais sobre medida cautelar fiscal	97
6.1. No âmbito do STJ	98
6.2. Decisões do Tribunal de Justiça de São Paulo	105
6.3. Decisões do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul	107
6.4. Decisões do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná	111

7. Conclusões	113
MEDIDA CAUTELAR FISCAL E O REFIS	115
<i>Lais Vieira Cardoso</i>	
1. Resumo	115
2. A Lei nº 8.397/92 que instituía medida cautelar fiscal	116
3. Efeitos patrimoniais decorrentes da Lei nº 8.397/92	118
4. Distinção entre extinção, suspensão e exclusão do crédito tributário	121
5. A natureza das regras dos programas de recuperação fiscal	122
6. Consequências da adesão ao REFIS face à medida cautelar fiscal	126
7. Conclusões	128
8. Referências	129
A MEDIDA CAUTELAR FISCAL E OS SÓCIOS DA PESSOA JURÍDICA	131
<i>Marco Bruno Miranda Clementino</i>	
1. A instituição de um procedimento	133
2. A definição dos sujeitos passivos	135
3. A proteção do patrimônio do sócio e as relações creditícias fiscais, tributárias ou não	137
4. A indisponibilidade do patrimônio dos sócios via medida cautelar fiscal	140
5. Conclusão	144
6. Bibliografia	145
A MEDIDA CAUTELAR FISCAL E O TEMPO DA COBRANÇA TRIBUTÁRIA	147
Paulo César Conrado	
A CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E A PROVA DE SUA LITERALIDADE NA MEDIDA CAUTELAR FISCAL	159
Renata Cássia de Santana	
Referências	159